

Sumário

Introdução.....	1
1 Direito, desenvolvimento, políticas públicas e burocracia.....	13
1.1 Tecnocratas e juristas: conceitos genéricos para atores complexos	18
1.2 A formação da Administração Pública brasileira e os momentos do Direito & Desenvolvimento.....	23
1.2.1 A Primeira República e o modelo daspiano.....	24
1.2.2 O primeiro momento de Direito & Desenvolvimento e o Decreto-Lei n. 200/1967	27
1.2.3 O segundo momento de Direito & Desenvolvimento, a Constituição Federal de 1988 e a Reforma Bresser	30
1.3 Possíveis caminhos para abordagem jurídica da burocracia estatal: entendendo os dois lados da lacuna de diálogo para construir pontes	36
1.4 Delimitação do objeto do livro	41
1.5. Notas metodológicas	45
2 Breve histórico institucional da Advocacia-Geral da União.....	51
2.1 Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e início da transição democrática (1985-1988).....	53
2.2 Constituição Federal de 1988 e Sexta República (1988 em diante)	58
2.3 Conclusões do capítulo	66
3 Que tipo de burocracia é a burocracia jurídica?	69
3.1 Definindo a burocracia de médio escalão	72
3.1.1 Aspectos gerais do cotidiano de trabalho: local de atuação, manejo recursos públicos, atividades desempenhadas e sugestão de diretrizes.....	74
3.1.2 Relacionamento com as categorias das extremidades da hierarquia burocrática	76
3.1.3 Contato com o público-alvo da política pública.....	78
3.1.4 Cargo formal, forma de recrutamento e rotatividade.....	79

3.2 Arranjos institucionais da CONJUR/MCTI e do DENOR	81
3.3 As burocracias jurídicas da CONJUR/MCTI e do DENOR podem ser conceituadas como burocracias de médio escalão?	87
3.3.1 Aspectos gerais do cotidiano de trabalho: local de atuação, manejo recursos públicos, atividades desempenhadas e sugestão de diretrizes.....	88
3.3.2 Relacionamento com as categorias das extremidades da hierarquia burocrática.....	95
3.3.3 Contato com o público-alvo da política pública	100
3.3.4 Cargo formal, forma de recrutamento e rotatividade	103
3.4 Conclusões do capítulo	107
4 Burocratas jurídicos em processos legislativos de CT&I	113
4.1 Fases dos processos legislativos com participação das burocracias jurídicas da CONJUR/MCTI e do DENOR	119
4.2 A CONJUR/MCTI e a formulação de proposições legislativas no âmbito interno do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação	126
4.2.1 Fatores institucionais.....	127
4.2.1.1 Competências legais: quando e como os burocratas jurídicos da CONJUR/MCTI participam e interagem com a burocracia não-jurídica?.....	128
4.2.1.2 Dualidade entre aspectos jurídicos e aspectos técnicos na elaboração de proposições legislativas	136
4.2.2 Fatores relacionais.....	147
4.3 A burocracia jurídica da CONJUR/MCTI na tramitação parlamentar do PL n. 2.177/2011	152
4.4 As burocracias jurídicas de CONJUR/MCTI e DENOR nas discussões sobre sanção e veto de proposições legislativas....	161
4.4.1 Fatores institucionais.....	162
4.4.2 Fatores relacionais.....	165
Considerações Finais	175
Referências Bibliográficas.....	185
Apêndice: proposições legislativas no escopo da pesquisa	209